




SIQUIRJ

INFORMA

Nº 211

Mai/2019

Dilam no Siquirj: portas abertas ao setor químico fluminense

Diretor de Licenciamento Ambiental do Inea no Siquirj

O Siquirj recebeu em sua sede social, no último dia 9 de maio, o Sr. Alexandre Cruz, Diretor de Licenciamento Ambiental do Inea, para uma palestra sobre as Iniciativas da Nova Gestão do Inea para o Licenciamento Ambiental.

Na oportunidade, o diretor apresentou as metas a que se dedicou o Inea nos 100 primeiros dias da nova gestão, que incluíam: auditoria completa do passivo dos processos de licenciamento ambiental (meta: 10% de redução, concluído: 11,3%); simplificação dos procedimentos de autorização de uso da água bruta de fontes alternativas (meta: norma aprovada e divulgada no Dia Mundial da Água, concluído: 8 normas operacionais elaboradas e vigentes); ampliação do Processo Administrativo Digital (meta: todos os setores e superintendências incluídas e treinadas, concluído: todas as Superintendências regionais já dispõem da plataforma digital).

O diretor Alexandre Cruz expôs os itens detalhadamente, concluindo com os assuntos considerados estratégicos pelo Instituto: Projeto Unindo Parceiros, capitaneado pela Codin, com a participação do DRM, Agerio, Firjan, Sebrae, Sefaz, CMBERJ, Jucerja; Regulamentação do art. 26 do Slam que prevê a ampliação dos prazos de validade das licenças ambientais fundamentada na implantação de critérios de sustentabilidade em ações voluntárias; Regulamentação no âmbito do licenciamento ambiental sobre a logística reversa de resíduos (eletroeletrônicos, pilhas e baterias, lâmpadas, embalagens, óleo e medicamentos); Desenvolvimento do Sistema de Transportes de Resíduos e Produtos voltado para o licenciamento ambiental de empresas transportadoras.

Após a palestra, houve um frutuoso debate e troca de experiências entre o Instituto e as empresas presentes, benéfico para todos. O Inea anunciou que está de portas abertas para receber as empresas do setor, criando um profícuo canal de diálogo através do Siquirj.

Déficit em produtos químicos continua em alta e soma US\$ 9,1 bi entre janeiro e abril

O déficit da balança comercial de produtos químicos atingiu US\$ 9,1 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano, equivalente a um avanço de 21,0% em relação ao mesmo período de 2018. De janeiro a abril de 2019, o Brasil importou US\$ 13,2 bilhões e exportou US\$ 4,1 bilhões em produtos químicos, respectivamente aumento de 9,5% e recuo de 9,6%.

Os intermediários para fertilizantes permanecem como o principal grupo da pauta de importação brasileira de produtos químicos, com compras de US\$ 2,2 bilhões no acumulado do ano, um importante aumento de 39,6% na comparação com o período entre janeiro e abril de 2018. Já o grupo das resinas termoplásticas foi o mais exportado pelo País, com vendas de US\$ 630,5 milhões, uma retração de 9,2% na mesma comparação.

De janeiro a abril, os produtos químicos responderam por 23,7% do total de US\$ 55,8 bilhões em importações e 5,7% dos US\$ 72,1 bilhões em exportações realizadas pelo País. As importações de produtos químicos movimentaram 13,2 milhões de toneladas e o volume das exportações chegou a 4,1 milhões de toneladas, respectivamente um aumento de 15,2% e uma retração de 15,9% em relação aos quatro primeiros meses de 2018.

No acumulado dos últimos 12 meses (maio de 2018 a abril de 2019), o déficit é de US\$ 31,1 bilhões, confirmando a tendência de alta dos últimos meses e fazendo deste valor apenas inferior aos recordes de 2013 e 2014, de US\$ 32 bilhões e de US\$ 31,2 bilhões.

Fonte: Abiquim

Editorial

O aproveitamento do gás natural

O aproveitamento econômico do gás natural do Pré-Sal sempre dependerá do custo final da parte que realmente interessa ao consumidor residencial e industrial. Usamos o termo gás para nos referirmos à mistura de produtos que se extrai nas plataformas e usamos a mesma palavra – gás – para se referir ao produto químico – metano – que tem valor comercial para o consumidor automotivo e industrial. Para os que não estão familiarizados com a indústria do petróleo, esta linguagem informal pode dificultar a compreensão do problema do preço do gás para os consumidores.

A despesa total com o gás entregue ao distribuidor em cada cidade é soma do custo de extração e separação dos contaminantes (46%), transporte até a costa (13%), distribuição e comercialização (17%) e para taxas e impostos (24%).

Com este quadro, a saída da Petrobras da logística de distribuição certamente diminuirá do preço final, mas não à metade do seu valor, como anunciado pelo Governo, muito menos a preços comparáveis aos americanos, onde as reservas estão em terra e o gás é extraído de outro tipo de formação geológica.

De qualquer forma, o gás natural é a tábua de salvação da economia do Estado do Rio de Janeiro, a proposta de instalar - em uma primeira etapa - no Comperj, uma termogeradora de eletricidade é muito adequada, os impactos deste projeto se expandirão para além da indústria química, revitalizando outros segmentos industriais, transportes e principalmente serviços.

Mas é fundamental programar uma segunda etapa neste projeto, para a extração de GLP e de frações líquidas que vem misturadas com o gás, para que sejam realizadas receitas com venda destes produtos para a indústria petroquímica e/ou adicioná-los ao pool de gasolina.

Não é razoável queimar indeterminadamente moléculas de elevado valor estratégico, pois são matérias primas para a indústria. Tal alternativa complementa o aproveitamento na geração de energia.

Abertura do mercado de gás pode destravar novos projetos

A promessa do governo federal de publicar em junho um pacote de medidas que resultará na abertura do mercado de gás natural encheu de otimismo a indústria química brasileira. Maior consumidor de gás para fins energéticos no país, o setor avalia que iniciativas dessa natureza geram um ambiente favorável para o retorno dos investimentos, que recuaram aos níveis do início da década de 90.

Segundo a indústria, nunca se esteve tão perto de alcançar um avanço tão significativo no mercado de gás natural, tema de discussões e negociações com o governo há pelo menos uma década. A novidade, agora, é o alinhamento entre os ministérios da Economia e de Minas e Energia quanto à necessidade de um "choque no preço do gás", segundo o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo.

Nas próximas semanas, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve editar uma resolução com medidas concretas para a abertura desse mercado, incluindo a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura - por exemplo, gasodutos e terminais de liquefação e regaseificação usados pela Petrobras. O objetivo também seria impedir a cartelização do setor, já que hoje a Petrobras compra o gás natural de grandes distribuidores a um preço bem mais baixo do que pratica no mercado.

"Outra medida seria criar o mercado livre de gás, como ocorre com a energia elétrica, e fazer leilões para venda de petróleo e gás para aumentar a oferta no mercado brasileiro", conta Figueiredo, que participa das conversas de diferentes setores da indústria nacional com o novo governo. Ao praticamente dobrar o volume ofertado de gás até 2024, os preços ficariam entre US\$ 3,50 e US\$ 5 por milhão de BTU, conforme o volume comprado, segundo cálculos do governo. Em reunião na última semana com representantes dos dois ministérios, o compromisso foi ratificado.

Para o setor químico, diz Figueiredo, a abertura do mercado de gás "é um passo importante e cria uma condição sensacional para a retomada dos investimentos". Para este ano, segundo levantamento da entidade, estão previstos US\$ 600 milhões em aportes, com queda a US\$ 400 milhões em 2020 e 2021 e novo recuo, a US\$ 200 milhões, em 2022. No auge dos últimos 20 anos, em 2012, a indústria química chegou a investir US\$ 4,8 bilhões em um único ano.

"Teoricamente, o Brasil poderia ter mais dois polos petroquímicos se houver gás disponível", acrescenta Figueiredo. Sob o aspecto macro, porém, também é preciso avançar para que novos projetos no país sejam atrativos - as reformas estruturais, com destaque para a da Previdência, fazem parte do pacote considerado essencial. "Estamos bastante otimistas com os rumos que as conversas estão caminhando. É um bom momento", afirmou.

Fonte: Valor Econômico

Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, mostra aos investidores estrangeiros as vantagens de investir no Brasil, em evento realizado em Dallas

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o Brasil necessitará de investimentos de cerca de US\$ 377 bilhões em petróleo, gás e biocombustíveis e US\$ 100 bilhões em eletricidade até 2027. A declaração foi dada pelo ministro no almoço oferecido pelo World Affairs Council of Dallas, no dia 16 de maio, nos Estados Unidos.

Em sua apresentação, o ministro explicou que o Brasil é singular, sendo que em 2016 a matriz energética brasileira era composta de 44% de fontes renováveis, em contraste com 14% da média mundial e que o Brasil incentiva a adoção de soluções tecnológicas, no campo das fontes renováveis de energia.

Para atrair os investimentos estrangeiros o ministro Albuquerque afirmou que o governo brasileiro executa políticas públicas baseadas nos seguintes pilares: padrões de governança aprimorados; segurança regulatória e jurídica; previsibilidade por meio de leilões planejados; respeito aos contratos; garantias de recebíveis, e sustentabilidade da agenda.

"No setor de gás natural, estamos trabalhando no recém-criado programa Novo Mercado de Gás Natural, com vistas à formação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo". O ministro explicou que os resultados esperados do programa são o aproveitamento do gás do Pré-Sal, das bacias do Espírito Santo, Sergipe-Alagoas e outras; investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento e transporte de gás natural; aumento da geração termelétrica a gás, com redução do preço da energia; e aumento da atividade industrial.

Em relação ao setor de refino, o objetivo é promover um ambiente de negócios com ênfase na entrada de novos agentes e da livre concorrência, lembrando o programa de desinvestimento iniciado pela Petrobras, em cumprimento às diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Já sobre o setor elétrico, o ministro afirmou que serão necessários investimentos na ordem de US\$ 100 bilhões em novas plantas de geração e em sistemas de transmissão em razão de um crescimento de 35% do sistema elétrico e de 39% do sistema de transmissão, pelos próximos dez anos. Bento Albuquerque também se referiu aos leilões de geração e de transmissão de energia, que terão uma extensa agenda de eventos previstos para 2019 e para os anos de 2020 e 2021, que garantirão acordos de longo prazo para os projetos selecionados.

Fonte: Abiquim

Curso: Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos

Incluindo Módulo Específico para Transporte de Resíduos e Nova Lei do Estado de Minas Gerais para o Atendimento Emergencial

Estão abertas também as inscrições para o curso o referido curso, visando apresentar as alterações propostas pela Resolução 5232/2016 da ANTT (substitui a Resolução 420 da ANTT), seus benefícios e impactos para a cadeia logística da indústria química bem como as consequências por não cumprimento à legislação de segurança no manuseio e transporte de produtos perigosos, proporcionando aos participantes o entendimento sobre as novas exigências e seus motivos. Apresentar as diferenças existentes entre a legislação para transporte de produtos perigosos e de resíduos e a nova legislação de Minas Gerais referente ao atendimento de emergência no transporte de produtos químicos perigosos.

O curso será realizado no dia 12 de junho, e as inscrições vão até o dia 11 de junho, pelo site da Abiquim (www.abiquim.org.br). Os valores para as empresas associadas do Siquirj é de R\$ 330,00, para empresas não associadas é de R\$ 1.100,00.

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2016/2020

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Ciro Alves (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Sá
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Conselho Fiscal

Efetivos
Carlos Roberto da Silva
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Suplentes

Ronaldo Valle Monteiro
Ubiratan Sá
Rodrigo Simion Hunger

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt
Suplentes
Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia